

# A hora da

A construção de um projeto nacional de desenvolvimento exige a adoção de uma medida que os últimos governos brasileiros têm evitado: ruptura.

# RUPTURA

Esta foi uma das principais questões discutidas no XVI Congresso Brasileiro de Economistas. Para o professor Wilson Cano, da Unicamp, ruptura “é uma palavra que acabou ficando meio feia, meio reprimida – a mídia, então, odeia essa palavra”. Nesta edição, além dele o *JE* traz um resumo das palestras dos professores Carlos Lessa, da UFRJ, e Fernando Cardoso Pedrão, da Unifacs.

Páginas 5 a 10



**O frágil banco central independente**

Página 3

**Investimento europeu no Mercosul**

Página 11

**Rio aumenta receitas não próprias**

Página 15

## EDITORIAL

# A ruptura necessária

**N**ovembro chega ao seu final, com a disputa interna no governo cada vez mais acirrada. Nada de novo. Trata-se de uma velha disputa em governos que não ousaram romper com a cartilha neoliberal. Ou seja, a já antiga peleja que opõe ortodoxos *versus* desenvolvimentistas. De um lado, os que seguram os recursos gerados pelo país para aumentar o superávit e, com isso, destinar quantias maiores para o pagamento da dívida. No lado oposto, a defesa de maior liberalidade na aplicação dos mesmos recursos, destinando-os, contudo, aos setores carentes da sociedade, saúde, educação, mas também energia, estradas, comunicações, portos, aeroportos etc., toda a infra-estrutura precária do país, que há mais de duas décadas não recebe qualquer investimento, por imposição do FMI e do Banco Mundial, aceitas pelos governos. Este é o tema desta edição do *JE*, que recupera e amplia vozes que estiveram presentes no último Congresso Brasileiro de Economistas, em Florianópolis. Para Wilson Cano, por exemplo,

não há como retomar o desenvolvimento pleno e soberano do país, se não houver uma ruptura com o modelo neoliberal em curso. “A tão temida palavra”, como diz o professor da Unicamp, deve ser pronunciada e aplicada: “ruptura”. Já Fernando Cardoso Pedrão, da Unifacs, na Bahia, não economizou palavras: a privatização que foi feita no Brasil é “caso de cadeia”. Carlos Lessa, da UFRJ, defende um projeto nacional que não somente seja novo, como também e essencialmente “nacional”.

As contribuições no último congresso dos economistas foram muitas e diversas. Tanto assim que, na próxima edição, estaremos publicando palestras apresentadas por outros economistas. É uma forma de participar do debate sobre a economia brasileira atual, debate este que, na mídia, está tão restrita ao pensamento único que assumimos o papel que a grande mídia não cumpre, ou por não querer, por não ser este o assunto do interesse da pauta de seus editores, ou, quem sabe?, por ser uma mídia desatenta e desatualizada. Fica com você, leitor, a conclusão. ■

## Sumário

- Página 3** Conjuntura – A frágil tese dos bancos centrais independentes
- Página 5** Carlos Lessa – Hora e vez de um projeto nacional
- Página 7** Fernando Cardoso Pedrão – “A privatização é caso de cadeia”
- Página 8** Wilson Cano – É preciso fazer a ruptura

**“Para onde vai a sociedade brasileira com esse modelo perverso de acumulação?”**

**Fernando Cardoso Pedrão**



- Página 11** Monografia – O investimento direto europeu no Mercosul na década de 1990
- Página 13** Eleições – João Paulo eleito presidente do Corecon-RJ
- Página 15** Fórum Popular de Orçamento – Dependência crescente de receitas não próprias
- Página 16** A globalização desnudada

O estudante Felipe Marques, primeiro lugar no Concurso de Monografia do Corecon-RJ, registra os comentários do prof. Nelson Chalfun à monografia vencedora e ao artigo resumo publicado na edição do *JE* de setembro.

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos  
**economistas**

Órgão Oficial do  
**CORECON - RJ E SINDECON - RJ**  
ISSN 1519-7387

**Conselho Editorial:** Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello.

**Editor:** Nilo Sérgio Gomes  
Correio eletrônico: imprensa@corecon-rj.org.br

**Reportagem:** Rebecca Ramos

**Ilustração:** Aliedo

**Caricaturista:** Cássio Loredano

**Diagramação e Finalização:**  
Rossana Henriques (21) 2462-4885

**Fotolito e Impressão:** Tipológica

**Tiragem:** 13.000 exemplares

**Periodicidade:** Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

*As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.*

### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar  
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900  
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br  
internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2005/07): Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, e Ruth Espinola Soriano de Mello. 2º terço (2003/05): Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa e Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira. 3º terço (2004/06): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares e Renata Leite Pinto do Nascimento • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005/07): Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Arthur Câmara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmman Young. 2º terço (2003/05): Gilberto Caputo Santos. 3º terço (2004/06): Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo e Rogério da Silva Rocha • **Delegado Eleitor Efetivo:** José Antonio Lutterbach Soares • **Delegado Eleitor Suplente:** Paulo Sergio Souto

### SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609  
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000  
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192  
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

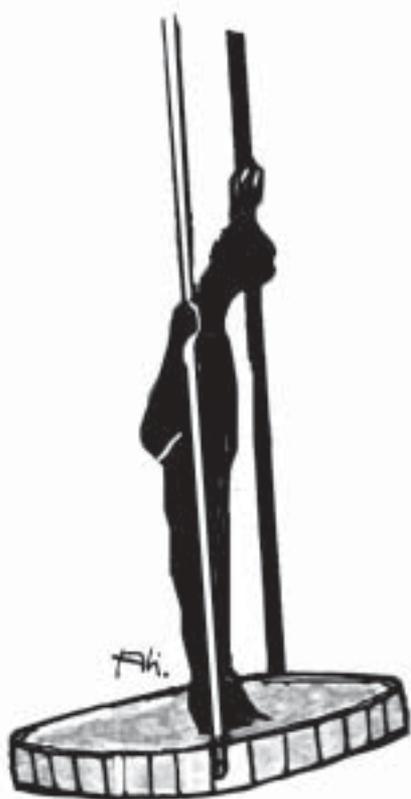
**Coodenador Geral:** Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

CONJUNTURA Rui Lyrio Modenesi e André de Melo Modenesi\*

# A **frágil** tese dos bancos centrais independentes

A fragilidade metodológica e dos resultados dos testes empíricos revelam que é bem mais difícil, do que

pode parecer à primeira vista, justificar a tese da “Independência do Banco Central” (IBC). Essa dificuldade vem sendo, porém, ignorada por alguns analistas e autoridades que advogam sua adoção, como se a tese estivesse acima de qualquer questionamento.



Um dos mais conhecidos estudos sobre o tema é o de Alesina e de Summers, de 1993, baseado em amostra de apenas 16 países industrializados. Sua conclusão foi que, para tais países, a um maior grau de independência dos bancos centrais correspondia uma taxa mais baixa de inflação. Eles admitiram, no entanto, as limitações de sua pesquisa e, conseqüentemente, de seus resultados.

Antes, outros autores - Cukierman, Neyapti e Webb, em 1991, haviam analisado amostra mais ampla e satisfatória, reunindo 72 países, sendo 51 deles em desenvolvimento, inclusive o Brasil. A investigação, contudo,

gerou resultados contraditórios, justificando o alerta de que “esses indicadores são incompletos e cheios de ruído”, devendo ser usados com reserva.

É, pois, no mínimo curioso constatar que os autores do estudo mais citado a favor da

reconheceram que seus resultados não eram conclusivos, visto que os dados foram explorados de forma “bastante superficial”. Por isso, advertiram: “Uma análise mais detalhada da relação entre a independência do banco cen-

tral e seu desempenho efetivo, isto é, controle da inflação, é ainda necessária”.

## A “curva de Phillips”

Mais uma vez a história se repete. Fenômeno semelhante ao que ocorre com a tese da IBC verificou-se com a chamada “curva de Phillips”. Esta ilustra a existência de uma relação inversa entre a taxa de inflação e a de desemprego, observada na Inglaterra, entre 1861-1913, e nos Estados Unidos, nos anos de 1935 a 1960. Sugeriria ser possível obter uma taxa menor de inflação à custa de uma taxa mais alta de desemprego e vice-versa.

Parece, porém, mais prudente reconhecer que os resultados dos estudos empíricos não são suficientes para comprovar a existência de causalidade entre independência do banco central e estabilidade de preços

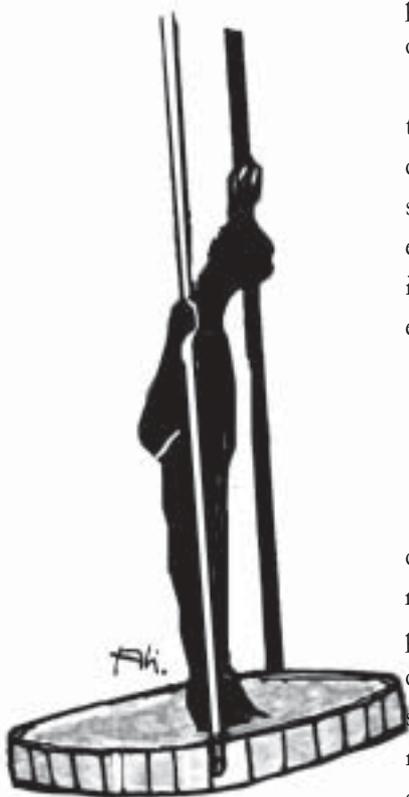
tese da IBC foram categóricos ao apontar a precariedade de suas evidências. Com inusitada franqueza, Alesina e Summers

reconheceram que seus resultados não eram conclusivos, visto que os dados foram explorados de forma “bastante superficial”. Por isso, advertiram: “Uma análise mais detalhada da relação entre a independência do banco cen-

tral e seu desempenho efetivo, isto é, controle da inflação, é ainda necessária”.

Que diferença separa os

Ao longo da década de 1960, a curva de Phillips se transformou em uma espécie de pedra fundamental da macroeconomia. Deixou de ser uma simples regularidade estatística e se tornou uma cartilha, que rezava se poder optar por distintas combinações de inflação e de desemprego, por meio de adequadas políticas monetária e fiscal. Nos anos de



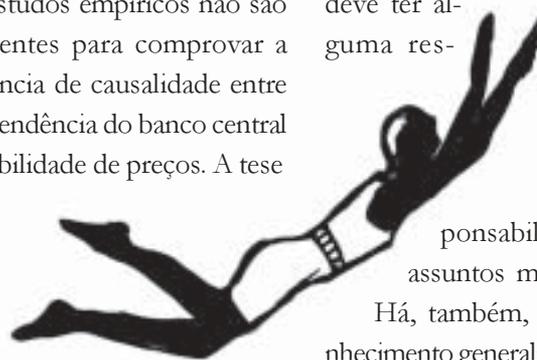
1970, o até então desconhecido fenômeno da estagflação, caracterizado pela coexistência de altas taxas de inflação e de desemprego, sepultou a possibilidade de escolha entre inflação e desemprego, negando a validade da curva de Phillips.

À semelhança da curva de Phillips, a tese da IBC é hoje uma espécie de norma a pautar a atuação de muitos bancos centrais. Todavia, a evidência fática a favor da tese da IBC é mais frágil do que a que ensejou

## Há um consenso de que o governo deve ter alguma responsabilidade em assuntos monetários

o longo reinado da curva de Phillips. Apesar do questionável respaldo empírico, a tese da IBC acabou ganhando status de regra universalmente válida. A partir de meados de 1990, passou a ser um dos elementos-chave da política monetária.

Parece, porém, mais prudente reconhecer que os resultados dos estudos empíricos não são suficientes para comprovar a existência de causalidade entre independência do banco central e estabilidade de preços. A tese



da IBC permanece defendida mais por argumentos teóricos e políticos do que com base nos dados empíricos. Além disso, os seus adeptos não se viram reconfortados com o beneplácito e, menos ainda, com a adesão a ela por parte do papa do monetarismo, Milton Friedman. Este surpreendeu-os, rejeitando a tese por razões não só econômicas, mas também político-ideológicas.

Para Friedman, sendo um potente instrumento de gestão macroeconômica, a política monetária tem, também, uma dimensão política mais ampla. Em seu entender, cabe indagar se, numa sociedade democrática, a política monetária pode ficar fora de direto controle social.

Há quase duas décadas, no artigo intitulado “Deveria haver uma autoridade monetária independente?”, Friedman já advertia sobre os riscos dessa independência. Segundo ele, “a necessidade de dispersar o poder cria um problema especialmente difícil no campo monetário. Há um consenso de que o governo deve ter alguma res-

ponsabilidade em assuntos monetários.

Há, também, um reconhecimento generalizado de que o controle sobre a moeda pode ser uma ferramenta potente para moldar e controlar a economia”.

Conclui com uma pergunta retórica: “Seria realmente tolerável numa democracia haver tanto poder concentrado em uma instituição livre de qualquer controle efetivo e direto?” Friedman sustenta que a política monetária deve ser atribuição do governo, que é politicamente responsável por seus erros, pelos quais pode ser punido com a perda do poder pela via eleitoral. Recusa-se, pois, a aceitar que responsabilidade, na política monetária, seja sinônimo de independência dos bancos centrais:

“O problema é estabelecer arranjos institucionais que le-

vem o governo a exercer responsabilidade na condução da política monetária; e, ao mesmo tempo, limitar o poder dado ao governo e impedir esse poder de ser usado de maneira a enfraquecer, ao invés de fortalecer, uma sociedade livre”.

Afinal, sugeriu que a política monetária, transcendendo os limites da economia, não pode ser monopólio da tecnocracia estatal. Deve ser submetida ao escrutínio público e ser regida por crité-



rios que preservem valores éticos e interesses políticos mais abrangentes do que o mero princípio da racionalidade econômica.

Negando a seus discípulos “novo-clássicos” aval à temerária tese de independência do banco central, Friedman está no fundo afirmando que a política monetária é instrumento poderoso demais para ficar nas mãos apenas dos economistas. ■

\* Economistas

- Rui Lyrio Modenesi foi secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, no período de 1996 a 1998.

- André de Melo Modenesi é economista, pesquisador do IE/UFRJ. Autor do livro “Regimes monetários: teoria e a experiência do real” (Editora Manole, 2005), fonte das citações feitas neste artigo.

XVI Congresso Brasileiro  
ECONOMISTAS

Carlos Lessa

Professor da UFRJ

## Hora e vez de um projeto nacional

O que apresentamos a seguir é uma edição resumida da palestra do professor Carlos Lessa, na abertura do recente Congresso Brasileiro de Economistas, realizado em Florianópolis.

**Q**uem assistiu a eleição do atual governo viu uma mudança que afastou radicalmente o Brasil do sonho social-democrata e o precipitou em uma sociedade que se organiza sob o império do mercado, e não da cidadania.

A economia, enquanto projeto de longo prazo, ela se expressa na vontade política de uma coletividade. Se esta vontade falta ou se esta vontade é ambígua ou se esta vontade não se estrutura de forma explícita não haverá esse projeto nacional claro e inequívoco. Por que isso acontece? Por uma série de razões

que vou me permitir recuperar rapidamente.

Primeiro, não houve uma transição crítica e aprofundada da ordem autoritária para a democrática. A construção da recente ordem democrática se fez através de uma frente cujo denominador comum era demover o autoritarismo, com a idéia de que todos os males brasileiros se davam por causa do autoritarismo. A democracia apresentava-se como uma panacéia de pronta aplicação, capaz de debelar todos os problemas. A discussão sobre o que nós queríamos, de certa maneira foi cancelada ao se transformar a eleição direta em uma eleição indireta, feita no Congresso Nacional. O Congresso se definiu entre o bem e o mal, e a sociedade brasileira torceu para o bem ganhar o mal – e o bem ganhou o mal, de forma que exorcizamos todos os males do autoritarismo desses últimos anos. E para completar a analogia, o bem morreu!

Isso tudo tem um compromisso psicológico terrível. Vocês sabem que a coisa mais parecida à eleição indireta é o rito do vodu, no Haiti. No Haiti, quando numa aldeia existe uma entidade malfazeja, que está produzindo a injustiça, a into-

lerância, o conflito, a desarmonia, eles fazem um boneco e toda comunidade xinga o boneco, bate no boneco e quando acaba a paz está feita. O único sacrifício foi o boneco. Em nosso caso, o único sacrifício foi o Paulo Maluf; todo mundo era democrata no Brasil, menos o Maluf. Foi a única baixa reconhecida. Isso foi uma maneira muito suave de transitar de 21 anos de autoritarismo...

Não fizemos, então, a crítica radical ao autoritarismo. Depois, um pouco para afastar aquele estigma entre o velho e o novo, procuramos um jovem que fosse virtuoso, e encontrou-se o Fernando I, o Collor. O festival de corrupção que aconteceu com o Fernando I levou este país a um grande movimento ético de repulsa à corrupção. Porém, o discurso neoliberal e o primeiro estágio neoliberal de Fernando Collor ficaram incólumes, enquanto transitava o Governo Itamar para o seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que é o Fernando II. Aliás, eu sempre me pergunto o que é que aconteceu com a sociedade durante os 10 anos dos Fernandos, os anos 90, que costumam chamar de “fernandécada”, a década dos Fernandos.

### O povo guardião da cultura

O Plano Real teve sucesso porque desmantelou muito dos desequilíbrios da indexação da vida brasileira, e produziu uma reforma monetária que evitou a crise e a sua reprodução. Esse grande sucesso autorizou o Fernando II a um segundo mandato e no segundo mandato ele fez a grande obra, acabando completamente com o caráter nacional do desenvolvimento; modificou radicalmente o conceito de empresa nacional com controle brasileiro, fez uma alteração profunda de rumos, privatizou uma série de organizações públicas, redefiniu outras, tentou de certa maneira formatar o que seria hipoteticamente um Estado mínimo. Não chegou lá, mas caminhou nesse sentido.



O que eu quero dizer a vocês é que o Brasil tem levado a aventura neoliberal praticamente sem consulta à população, porém, formalmente com eleição. E houve uma progressiva desvalorização do instituto político. Eu não vou dizer quem disse isso, mas é um dos maiores empresários dos EUA, que disse gostar da democracia, mas não confiar nos políticos.

Eu creio que a inclusão social continua sendo o grande desafio de um país chamado Brasil. Como já foi dito, temos recursos, uma base territorial, temos estruturas produtivas, uma indústria, uma agricultura, temos um sistema universitário, temos 80% da nossa população urbana, temos uma vasta rede urbana, ou seja, temos, do ponto de vista estrutural, vantagens e temos um povo absolutamente admirável. Eu sintetizo fazendo a seguinte observação: sempre que se assume uma discussão do povo brasileiro, que é extremamente heterogêneo, se registra a insuficiência de habitação, de saúde, a falta de saneamento, de justiça e de segurança.

Na verdade, volto a dizer que apesar de todas essas carências o povo brasileiro sobrevive; apesar de todas essas carências, o povo brasileiro é! E é o quê? Eu acho que ele é uma peça, por exemplo, admirável e que na verdade é um povo profundamente conservador. Por que ele é conservador? Porque na medida em que vive em condições precárias, ele não abre mão de nada do que tem e do que possui. Por isso mesmo ele é o patrimônio da cultura brasileira, de uma cultura dinâmica, do qual ele é o principal guardião porque é conservador.

Nosso povo para sobreviver improvisa, processa e cria estratégias de sobrevivência impressionantes. Aliás, basta ver o tamanho da informalidade na vida brasileira: aproximadamente, 30% da população economicamente ativa. O que as pessoas não se dão conta é que nessa informalidade alguns dos processos são totalmente criativos. Quantos anos de vida útil têm um caminhão de longo curso que corta as estradas? Em média, 18 anos. Os tratores agrícolas têm 30 anos. Sabem por que? Porque o povo brasileiro é genial. Temos centenas de milhares de engenheiros que quando um automóvel começa a ter problemas de reposição, reproduzem as autopeças em oficinas de fundo de quintal. Aliás, os ecologistas deviam bater continência ao povo brasileiro, porque ele é ecológico, ele recicla tudo, nós devemos ter um dos maiores graus de reciclagem de latinhas, por exemplo.

Mas nosso povo não é só criativo. Ele tem uma característica, somos o povo da mistura, somos o povo da festa – a festa da uva, do tomate, tem até a festa do jumento.

### Um projeto nacional

Ora, vocês dirão, como é que uma sociedade tem um povo com essas qualidades, uma estrutura produtiva já robusta, uma riqueza em recursos naturais, e esse povo patina sem parar? Por que estamos há 25 anos com uma taxa média de crescimento de 2,3% ao ano? No século passado, à exceção do

O que aconteceu nesses últimos 25 anos? Bom, nós transitamos da ordem autoritária para a democracia por um processo *sui generis*. Porém, a democracia não foi entendida na sua essência. Ela foi entendida como uma fórmula mágica que tudo resolvia

Japão, o Brasil foi o país que teve a mais alta taxa de crescimento pelo mais longo período de tempo. O que aconteceu nesses últimos 25 anos? Bom, nós transitamos da ordem autoritária para a democracia por um processo *sui generis*. Porém, a democracia não foi entendida na sua essência. Ela foi entendida como uma fórmula mágica que tudo resolvia.

Porém, quero falar sobre um projeto nacional de desenvolvimento, um projeto para o Brasil. Eu vou começar falando dele, assumindo o que é o ponto de honra de nosso vice-presidente José Alencar (presente à abertura do Congresso). O Brasil tem realmente uma taxa de juros básica que se nós aplicássemos um adjetivo eu diria “repugnante”. Estamos, no momento, com 19,5% (logo depois da palestra, o BC reduziu para 19% a taxa. *N.E.*), que é mais que o dobro da segunda taxa colocada. Temos uma taxa de juros real que é 26 vezes a taxa real do mundo desenvolvido, 11 vezes os demais países emergentes, menos o Brasil. Nossa taxa é absurdamente elevada. Qual é o significado de ter uma taxa de juros extremamente elevada? Primeiro, como o nosso

vice-presidente já disse, são muito poucos os negócios que têm taxa de retorno capaz de competir com essa taxa de juros real. Na verdade, empresas superavitárias, em consequência, estão muito melhor por operações de tesouraria do que por investir no setor produtivo.

Ou seja, a inflação foi derrotada, porém, as instituições centrais da inflação foram preservadas. Nós criamos no Brasil uma armadilha, envolvendo o mercado de curto prazo e o mercado de longo prazo. Mercado de longo prazo é o mercado de título da dívida pública, mercado de curto prazo é o *open market*, o mercado do dinheiro. O que acontece no Brasil é o seguinte: foi emitida uma massa enorme da dívida pública com indexação pela taxa de juros do dia. Os bancos simplesmente usam isso para ampliar as operações que fazem com os setores públicos monetários. Na verdade, há uma indexação de curto prazo, com a taxa de juros do dia no longo prazo. Se a taxa de juros no curto prazo é muito rentável, ninguém vai aplicar no longo prazo.

A taxa de juros ao ser reduzida vai permitir que haja uma folga nas finanças públicas. Para onde irá isso? Certamente, para investimentos em infra-estrutura, para ampliar as políticas sociais, para reduzir o déficit anual. Ao reduzir o déficit anual vamos parar de emitir novos títulos de dívida pública para fins de aplicação financeira.

Uma outra coisa: tem que acabar com essa taxa flutuante de câmbio. Taxa de câmbio flutuante é para país rico, não é para país com as nossas características. E vocês perguntarão: por que o Brasil adotou a taxa flutuante? Porque ela aponta simultaneamente as metas de inflação, que é o modelo de metas do Banco Central.

Por fim, caíndo a taxa de juros básica e havendo um gasto público não financeiro, em infra-estrutura, em políticas sociais, haverá um robustecimento do mercado interno. Ao robustecer o mercado interno haverá uma retomada dos investimentos voltados para esse mercado interno. Com isso, então, o desenvolvimento será um movimento gerador de empregos e ao gerar emprego beneficiar cadeias virtuosas derivadas do emprego criado pelas frentes de expansão.

Muda a configuração deste país e vamos chegar provavelmente a taxas de crescimento superiores aos 5% ao ano, o que é necessário. Por que é necessário? Porque, hoje, com a taxa de 5% é impossível gerar emprego para os que chegam ao mercado de trabalho. ■



**Fernando Cardoso Pedrão**

Professor da Unifacs / Salvador

## “A privatização é caso de cadeia”

A primeira coisa para colocar é a seguinte: como diz na minha terra “vamos dar os nomes às vacas”. Nesse país tem uma crise ideológica que levou a um tipo de privatização que, na verdade, foi uma desnacionalização do fundo público. Isso é que houve. E isto foi feito em nome ou através ou mediante explicações espúrias de teoria neoclássica em economia, mal feitas, inclusive, e que entregaram empresas brasileiras a empresas públicas estrangeiras como se fosse privatização. A meu gosto, é caso de cadeia. A privatização no Brasil é caso de cadeia.

A segunda coisa é lembrar três conceitos, que às vezes a gente maneja: compulsão capital, a qual logo adiante vou me referir; lembrar que a expressão infra-estrutura para mim e para outros pensadores quer dizer a materialidade do sistema sócio-produtivo e, não somente, alguns sistemas; e, em terceiro, uma expressão que vai complementar coisas que o Wilson (Cano) estava falando, que é o conceito de blocos de poder.

O que houve no Brasil do fim da ditadura para cá foi a constituição de um bloco de poder do grande capital, articulado com o capital internacional e utilizando as pressões externas para obter concentração de capital aqui dentro. O que há no Brasil é uma crise de contradições do grande capital. É esse que mobiliza a política econômica do Brasil, haja vista que toda a linguagem gera, como disse Wilson, essa coisa mística e, na realidade, absurda, que é essa noção de mercado, como ela é utilizada, que não é mercado como para nós.

Uma vez dito isso, não poderemos desenvolver uma discussão sobre essa realidade brasileira, a não ser que tenhamos de pensar historicamente essa realidade. É preciso pensar em termos de uma relação entre a composição de recursos que o país tem e o modo energético de produzir, o modo como usar a energia no país, em geral. Nós temos um determinado balanço energético, por exemplo, na composição de recursos energéticos, alcançamos resultados espetaculares em algum momento de criar a usina hidrelétrica, que a privatização



*Fernando Cardoso Pedrão, à direita na foto, ao lado de Wilson Cano*

**Nós temos que romper também com essa coisa de pensar que alguém estuda as artimanhas da economia neoclássica e entende de economia. Temos que dizer o seguinte: tem três tipos de economista: os encanadores, os eletricitistas e a turma da economia política. Isso tem que ser comentado**

contribuiu para danificar; temos feito avanços importantes no relativo ao petróleo, mas, somos vítimas da falta de um planejamento integrado do sistema energético porque outra das coisas que aconteceu no país foi o banimento da palavra planejamento. Chega a tal ponto que a gente nem sabe quem é o ministro do Planejamento porque quem manda no Brasil é o médico que está sentando na cadeira da Fazenda. Isso é o que acontece.

### Vieram para piratear

Outra coisa é que os sistemas estruturados, os sistemas que produzem e distribuem energia têm restrições próprias, reais, técnicas, da compulsão do capital. Você não pode substituir usos de diesel, no modelo rodoviário brasileiro. No Brasil, uma das graças foi

deixar o sistema ferroviário ficar como está; tem uma imobilidade de ajustagem de usar diesel. Você não pode substituir diesel por energia hidrelétrica. Então, se ache a solução do sistema. Nós fomos conduzidos por um modo de produzir energia e de usar energia. Isso tem que ser questionado.

A única maneira de se discutir isso, seriamente, é tentar reverter a bestialidade que foi essa forma de desnacionalização. Assim como Wilson (Cano) fala de ruptura, eu falo de ruptura em relação ao sistema energético do país. É preciso recuperar o comando da energia no Brasil, de fato. Esse negócio de manter contrato ou não manter contrato, o que é manter contrato? Pegaram a Light e a venderam a uma empresa pública francesa, que demitiu quadros técnicos. Esses caras vieram para cá para piratear o sistema energético; não vejo porque tenha que ter com eles uma deferência diferente da que estão tendo com o Maluf, por exemplo.

A outra coisa é o seguinte: na verdade, tudo isso que estamos falando corresponde ao modo de como a sociedade brasileira participa do sistema e do poder. Quando falo em bloco de poder, falo como o poder se concentra na esfera econômica, na esfera política e na esfera institucional. Bloco de poder não é somente econômico. Nós temos que romper também com essa coisa de pensar que alguém estuda as artimanhas da economia neoclássica e entende de economia. Temos que dizer o seguinte: tem três tipos de economista: os encanadores, os eletricitistas e a turma da economia política. Isso tem que ser comentado.

Acho que por trás dessa discussão do sistema enquanto sistema está a organização social da produção. Quantos de vocês que se formam em Economia, não pensam imediatamente em fazer algum doutorado em alguma universidade de porta de fábrica nos EUA; e, eventualmente, ficar morando lá? Esse é o ponto de reflexão: para onde vai a sociedade brasileira, com esse modelo perverso de acumulação? ■

XVI Congresso Brasileiro  
ECONOMISTAS

Wilson Cano

Professor da Unicamp

## Hora de fazer a ruptura

O país precisa fazer a ruptura com o modelo neoliberal e estabelecer prioridades para um projeto nacional

Quero fazer observações sobre duas questões que foram muito aplaudidas e enfatizadas neste Congresso. A primeira é a desconcentração de recursos públicos para as hierarquias dos governos estaduais e municipais. De onde virão esses recursos? Esses recursos não existem. O que temos que discutir em primeiro plano não é se o Governo Federal deve fazer mais um corte drástico – não sei em quê e nem como – para poder repassar mais recursos, porque a Constituição de 1988 fez isso. A Constituição alargou consideravelmente os recursos reais para os municípios e um pouco menos para os estados. O Fernando Henrique encostou na parede o efeito constitucional, mas não retirou dos estados e municípios a considerável elevação das receitas.

Eles, portanto, devem estar nadando em dinheiro? Não, porque eles acumularam uma dívida, que estava nos seus balanços, nos passivos de praticamente todos os municípios e todos os estados brasileiros. E aí é que vem o pior. Por que? Porque em 1993, o Governo Federal propôs a chamada renegociação das dívidas municipais e estaduais, que se repetiu, em 1995. O que os municípios e estados ganharam de presente? Juros escorchantes, de mais de 40% ao ano, e isso arrebitou a estrutura fiscal de todos os municípios e estados brasileiros. Por que?

Porque todos estão metidos em uma camisa de força, com a renegociação das dívidas por 30 anos e comprometimento da receita líquida corrente, que varia de 9% (para os felizes) a 13% (para os infelizes). Portanto, não é tirar recursos do Governo Federal para os municípios. Tem que se mexer em outro buraco. Discutir politicamente um novo pacto federativo, uma opção muito mais complexa

do que se possa imaginar, porque não se trata, simplesmente, de botar dinheiro em um caminhão do Governo Federal e levar para os estaduais.

A segunda questão colocada, que é unanimidade nacional, a de que temos que baixar a taxa de juros. Claro, que temos! Porém, as pessoas, os economistas não se dão conta para uma série de problemas que existem para que se possa baixar os juros. Não é uma operação isolada, pois se mexer na taxa de juros vai ter que mexer no câmbio, no crédito, na política monetária, política fiscal e no déficit público. Por que? Porque o modelo neoliberal propõe uma articulação perversa, diabólica entre essas quatro questões. Isso me leva a seguinte questão: eu tenho uma tese contrária à de que é possível colocar algum emplastro, esparadrapo e uma caixa de aspirina para se resolver o problema da crise brasileira. Não. É uma cirurgia drástica, não há como se botar remédios porque vai se ter mais embromação, mais enganação do povo, se alguém achar que pode efetivamente colocar paliativos no modelo de hoje. E eu vou tentar mostrar porquê.

### Quatro pecados originais

A questão aqui é uma palavra que acabou ficando meio feia, meio reprimida – a mídia, então, odeia essa palavra, que é ruptura. É ruptura, sim. Precisamos de um governo que tenha a coragem de restaurar a dignidade nacional, o manejo soberano da política econômica. É disso que precisamos, não é de esparadrapo, não é de uma taxa absurda de 19% para 17% ou para 15%, porque há conseqüências muito graves quando eu defino a taxa de juros. O segundo ponto lembraria o que aprendi com meus mestres (Prebisch e Furtado, principalmente, mas também nomes como Kalecki e Keynes): que os países subdesenvolvidos vêm estruturalmente carregando quatro pecados originais.

O primeiro deles é que, estruturalmente, temos problemas de déficit do balanço de

pagamentos. Anormal é quando não temos. O segundo é não termos mecanismos de financiamento de longo prazo suficientes, para dar conta das necessidades do investimento e até mesmo da produção. O terceiro é quando se fala que a carga tributária está em 38%, que horror! As pessoas falam em 38% e não têm um cuidado mínimo de dizer “olha, mas dos 38%, 9% voltam para o bolso deles automaticamente porque é a conta de juros. Então, não é 38%. Chamo a atenção que déficit público não é um problema de inteligência e competência de nenhum PhD. É um problema estrutural de economia subdesenvolvida. O anormal é quando não tem déficit público. E o quarto pecado, os economistas precisam voltar a aprender isso na escola. É que esses três pecados anteriores fazem um espúrio casamento, um amálgama, que gera o quarto pecado original, que é estrutural a toda economia subdesenvolvida – a inflação. Não adianta querer ter a inflação suíça, japonesa, alemã, não adianta trazer os dois maiores prêmios Nobel de economia ou delegar isso e conceder autonomia plena ou parcial ao Banco Central. Isso é bobagem. Por que?

Em parte pelo que acabei de dizer, mas também porque o modelo neoliberal agravou exatamente esses quatro pecados originais. Como é que agravou? De duas formas: se olhar o lado real do balanço de pagamentos, agravou porque a abertura descontrolada da economia, a valorização violenta do dólar que acompanhou todos os modelos de estabilização da América Latina, no início dos anos 90 (e que hoje também nos aflige de uma maneira tão grave como a que tivemos entre 1994 e 99), esse modelo simplesmente cria o rombo estrutural no balanço de pagamentos, que só pode ser coberto por uma entrada permanente e crescente de recursos externos. Ora, na história do capitalismo não conhecemos nenhum período muito longo de tempo, em que os fluxos internacionais fossem prazerosamente canalizados para um país subdesenvolvido de uma forma barata, benigna e crescente.

A segunda forma é que o nosso grau de dependência é hoje muito maior do que era em 1994. Em termos de ativos reais, somando-se com a dívida externa, o nosso passivo era, até pouco tempo, de cerca de US\$ 400 bilhões, o que equivale dizer que eu teria que mandar para fora, compulsoriamente, de US\$ 40 bilhões a US\$ 50 bilhões de juros e lucros, no mínimo. Só que tem o outro lado, mais cruel, que é o mercado sobre ativos financeiros. Eu li um trabalho há dias e fiquei aturdido com a voracidade com que o capital internacional está adquirindo ativos financeiros brasileiros, que não têm nada a ver com a dívida externa, nem com privatização, nem coisa alguma. No mercado da bolsa de Nova Iorque, em ADR's, dava a bagatela, em setembro, de US\$ 12 bilhões, volume que triplicou em relação ao ano passado. No mercado de derivativos de Nova Iorque está a pequenina importância de US\$ 50 bilhões, no mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, mais US\$ 24 bilhões e na Bolsa Mercantil e de Futuros mais US\$ 44 bilhões, de aplicações em derivativos.

É o segundo maior mercado do mundo. É uma coisa espantosa e que só tem uma explicação: não é porque somos a segunda economia do mundo. Óbvio que todo mundo sabe disso: é porque isso aqui é o paraíso da especulação internacional, graças ao volume da taxa de juros. Como é que eles fazem o jogo? É muito fácil. Parte disso é no mercado de derivativos, que gira a cada dois dias. Parte disso não, é em aplicações de longo prazo. Mas por que? Eles ficaram malucos de adquirir títulos brasileiros de longo prazo? Não, não ficaram. É que esses US\$ 130 bilhões de mercados de ativos financeiros, obviamente, têm por trás de si todo um conjunto de pressões políticas que estão amarrando os nossos governos, tenham eles vontade ou não de fazer alguma coisa. É o Banco Internacional de Pagamentos, é o Fundo Monetário Internacional e é o Banco Mundial, que dão o receituário de manejo da nossa política econômica justamente para quê? Para manter elevada a taxa de juros, sim, para eles ganharem o dinheiro exorbitante que estão ganhando.

### **Não há paliativos: é ruptura!**

Isto aqui não tem “melhoral” que resolva. A Argentina resolveu sem “melhoral”. Ali o dente foi extraído na marra, sem anestesia,



porque quebrou. Quando o sujeito quebra o credor diz: bem, vamos ver o que é que posso levar para casa. Essa é a questão da Argentina, ela quebrou. Nós também podemos quebrar. Por que? Porque a hora que balançar uma ventania, esses US\$ 130 bilhões vão fugir pela janela, pois a metade disso é giro noturno, “hot money”. Isso pode sumir!

Alguém pode me dizer como controlar juros? Tem é que controlar câmbio, restaurar o monopólio do câmbio no Banco do Brasil, sim. Não tenho vergonha de dizer essas coisas. Tem que restaurar o controle de entrada e de saída de aplicação do capital estrangeiro. Fazer uma política monetária e creditícia obrigando os bancos públicos a voltarem a ser públicos, porque eles não são públicos, se comportam como qualquer

banco privado do mundo. Eles escondem e, inclusive, enganam os pobres dos aposentados e dos assalariados, que estão tomando empréstimos em folhas de pagamento, iludindo-os, passando na televisão que a taxa de juros é dois, mas quando você soma os outros custos essa taxa de juros vai para mais de três por cento. Tem que alterar isso, obviamente, mas não é fácil. Por que? Porque a taxa de juros dá uma fatia do bolo maravilhosa, 9% do PIB. Engorda quem? Os bancos, as grandes empresas e as famílias mais ricas do país. Essa é a questão, o resto é conversa fiada.

Outra questão é que o governo já está praticando uma política de superávit acima do que determinou o FMI. Essas coisas a mídia não conta. Eu convido os economistas a entrarem nas contas do Tesouro Nacional e do Banco Central e darem uma olhadinha em uma conta que se chama Conta Única do

Tesouro Nacional. Ali tem um valor, que está no porão do BC, em dinheiro vivo, equivalente a 11% do PIB; e nenhum empresário nacional reclama disso. Reclamam que a carga tributária é enorme, mas não reclamam do que está esterilizado no BC. Por que eles calam a boca, por que não reclamam contra isso? Porque significa, na linguagem do mercado financeiro, o colchão amortecedor. É o sinal maravilhosamente verde: “olha, nós temos aí um dinheirinho, está aqui no porão guardado para vocês. Não tenham medo dos títulos da dívida pública”. Nenhum empresário até hoje chia contra isso.

A minha tese é que não há paliativos, não adianta. A questão é uma ruptura. Qualquer país pode fazer, ou não. Mas o Brasil não pode. Acho que somos um país privilegiado por uma série de fatores, exaustivamente aqui já colocados, temos condições de forçar um pouco esta barra e aí articular outros países que estão acendendo velas para que surja uma liderança verdadeiramente latino-americana, o que não existe, porque a nossa ação, na verdade, na política externa é uma ação ainda tímida, em relação ao que deveríamos estar fazendo.

A nossa briga, nossos vilões, algozes, não são apenas os americanos, alemães e japoneses, não. Estão aqui dentro também. Está assim de bandidos, não apenas na Câmara Federal e no Senado, não. Estão aqui, na chamada sociedade civil, que eu não sei muito bem o que é isto. Para se fazer a ruptura vai ter que quebrar os ovos, para fazer a omelete. Vai mexer com interesses cristalizados, pesadíssimos, com as elites nacionais e o capital financeiro internacional. Não é brincadeira.

Estou apenas chamando a atenção para a complexidade da situação em que nos encontramos. E vamos ter que sair dela. Ou porque teremos um dia um governo sério, com vontade política e que realmente queira fazer algo pelo seu povo, pela nação, ou nós vamos quebrar. E aí, quando se quebra, o quadro muda inteiramente de figura. Quando uma economia quebra, quando ela se espatifa, como aconteceu em 1929, aí o mundo fica muito fácil para os economistas entrarem e tentar fazer a chamada cirurgia necessária.

### Reforma agrária e Estado

Para encurtar a conversa, temos uma coisa preciosa que nenhum outro país latino-americano tem: mercado interno. Há um

déficit habitacional de 6 milhões de residências. Faça um programa magistral de habitação popular e saneamento para ver onde vai parar o emprego. E não gasto um centavo de dólar com setor habitacional. Não gasto dólar com areia, pedra, cal, cimento, madeira, fio elétrico, vidro e a telha; estão todos aqui. Não precisa importar nem deixar entrar empresa internacional que saiba fazer casa para pobre, porque está assim de empreiteiros brasileiros que sabem fazer isso. Saneamento



Para se fazer a ruptura vai ter que quebrar os ovos, para fazer a omelete. Vai mexer com interesses cristalizados, pesadíssimos, com as elites nacionais e o capital financeiro internacional. Não é brincadeira

básico é a mesma coisa. E a reforma agrária. Essa é uma questão que parece estar saindo da moda, e quando o MST faz alguma coisa vem a imprensa e paul

“Esses ativistas invasores, esses bandidos”. Bandidos que querem trabalhar. É a coisa mais engraçada: temos, nesse país, uma enorme quadrilha que é o MST, que não quer

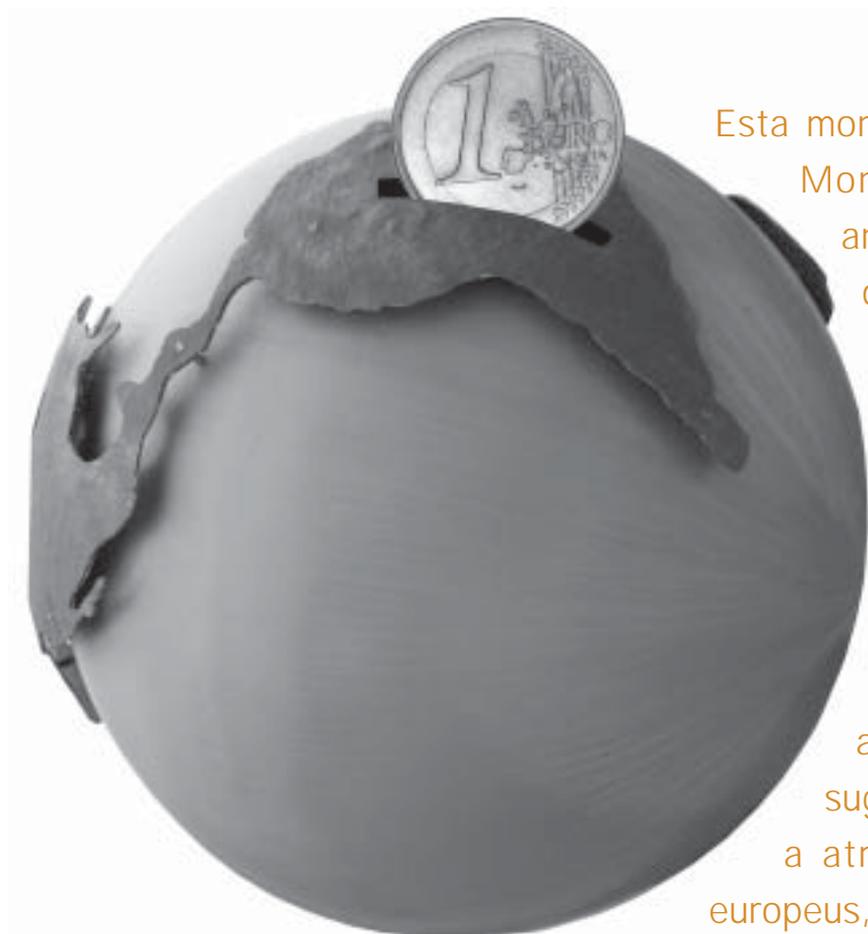
roubar; quer trabalhar, quer terra para trabalhar. Para fazer reforma agrária não se gasta também nenhum centavo de dólar.

Se quiser, realmente, construir um modelo para esse país vou ter que re-adotar mecanismos de Estado: controles rígidos sobre as coisas e restaurar uma palavra que também o *mainstream* enterrou há muito tempo e que se chama priorização. Eu tenho que fazer fila, por cada momento, dos setores nacionais que devem ser atendidos, porque eu não tenho recursos nem interno e nem externo para fazer tudo aquilo que precisaria fazer.

Quando da Reforma da Previdência, debati com o então ministro Berzoini, em Brasília, e disse a ele: “mas, ministro, o senhor tem na sua assessoria vários economistas que são peritos em atuária e em financiamento. Eles não propuseram ao senhor nenhuma outra forma de saída?” Ele sorriu e disse a ele: “ministro, tenho aqui, no bolso, o senhor me desculpe, fiz umas continhas com uma maquininha calculadora vagabunda, e se o senhor depositar durante 15 anos a cota patronal que o governo nunca depositou da aposentadoria de seus funcionários públicos – e o senhor, por favor, me faça esse depósito em títulos da dívida pública e não quero 19,75%, só o IPCA mais 5% – e daqui a 15 anos, ministro, terá um fundo, em papel de títulos da dívida pública, que vai ter um rendimento capaz de sustentar toda a folha de aposentados”. Aí, ele riu.

Ele não sabe disso? Claro que sabe. Mas é que o pessoal quer privatizar a Previdência. Essa é que é a conversa verdadeira, que fica sempre escondida, sempre debaixo da colcha. Eu falo a verdade porque nós temos uma dívida muito pior do que em 1964, muito pior, mil vezes pior. Em 64, quando algum jornalista queria me entrevistar, ou não vamos tão longe, nos anos 70, vinha ao meu trabalho, fazia perguntas, levava alguns dias antes de publicar a entrevista, pois queria checar as informações para ver se eu não estava enrolando, não estava mentindo. Hoje recebo não sei quantos telefonemas por dia e o sujeito quer a entrevista por telefone. Eu posso dizer as maiores asneiras e leviandades e se eu não contrariar os interesses do chefe da redação ou do dono do jornal eu saio publicado. Basta vocês lerem, com paciência e atenção, os jornais diários, com olhar crítico, o que tem de asneira e de mentiras, de bobagens, é uma imensidão. ■

# O investimento direto europeu no Mercosul na década de 1990



Esta monografia, menção honrosa no XV Prêmio de Monografia Celso Furtado, do Corecon-RJ, analisou a evolução dos fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE), especialmente os europeus, nos países que integram o Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), ao longo da década de 90, e avalia em que medida a integração regional no Cone Sul influenciou no IDE. Os europeus são historicamente os principais investidores na região e, nos anos 90, sua participação aumentou fortemente. Nossos resultados sugerem que a formação do Mercosul aumentou a atratividade da região para os investidores europeus, sobretudo no que se refere ao Brasil.

**A** retomada dos IDEs dos países desenvolvidos nas nações em desenvolvimento foi um dos aspectos mais importantes do intenso processo de globalização pelo qual vem passando o mundo, atualmente. Após uma década em que os fluxos mundiais de investimento praticamente estagnaram (anos 80), o crescimento dos anos 90 pode ser verdadeiramente chamado de “explosivo”.

Nesse contexto, os quatro países que integram o Mercosul apresentaram um aumento substancial como receptores de capitais estrangeiros, com destaque para Brasil e Argentina. Estes dois países aumentaram significati-

vamente suas participações no total mundial dos fluxos de IDE, seguindo a tendência verificada em todos os principais países em desenvolvimento (PED). Este grupo de países recebeu entre 1994 e 1999 pouco mais de 30% do total mundial de IDE. No entanto, há uma forte concentração destes fluxos em poucos países: cerca de 50% dos IDEs que se dirigiram para os PED no período foram absorvidos por apenas 4 países<sup>1</sup>. Dentro deste seleto grupo, figuram Brasil e Argentina que juntos receberam mais de 16% do IDE enviado aos PED no mesmo período.

A origem do IDE que ingressou nos países do Mercosul nos

anos 90 é majoritariamente europeia e norte-americana. No período de maior intensidade dos fluxos, entre 1996 e 2000, aproximadamente 61% do total do IDE destinado aos dois líderes do Mercosul tiveram origem nos países da União Européia (UE). Outros 20% eram provenientes dos Estados Unidos.

Tradicionalmente, as nações que compõem a UE são grandes investidoras nos países sul-americanos. A presença de indústrias de bens de consumo duráveis europeias no Brasil, várias delas ingressadas durante o governo Juscelino Kubitschek, é um dos mais bem acabados exemplos desta tradição. Na onda

recente de aumento dos fluxos de IDE não foi diferente. As empresas transnacionais de origem espanhola, francesa e holandesa estão entre aquelas que tiveram maior penetração nos países do Mercosul durante a década de 90. É interessante destacar que as duas maiores economias da UE, Inglaterra e Alemanha, não figuraram no grupo de países europeus que mais realizaram investimentos. No caso alemão, isto se explica por uma mudança de estratégia que acabou favorecendo os países do leste europeu, em detrimento aos países da América Latina.

A perspectiva de uma possível assinatura do acordo UE/

Mercosul deverá ter efeitos positivos sobre os fluxos de IDE europeu na região. Esta expectativa se apóia nos diversos trabalhos que apontam o aumento dos fluxos de IDE como um dos principais efeitos dinâmicos dos processos de integração.

Diversos fatores podem ser apontados como responsáveis pela atração de montantes expressivos de IDE por parte de Brasil e Argentina. Um primeiro fator é a mudança no cenário macroeconômico desses dois países. Ambos passaram por processos de estabilização e retomaram o crescimento econômico após uma década de estagnação. Em seguida, as reformas estruturais baseadas no chamado “Consenso de Washington” pelas quais passaram essas economias foram muito importantes para a atratividade dos IDEs. Cabe destacar aqui as privatizações, a liberalização financeira e a comercial. Outro fator que pode ter influenciado na atração dos IDEs foi a liberalização comercial, conduzida tanto em nível multilateral quanto regional, através da formação do Mercosul.

No que diz respeito à distribuição setorial do IDE, podemos perceber mudanças significativas quando comparamos o perfil da década de 90 com períodos anteriores. Ao longo do processo de industrialização por substituição de importações (ISI), sobretudo nos anos 60, o IDE se dirigia basicamente ao setor industrial, sendo a maioria destinada a criação de novas empresas (investimento do tipo *greenfield*).

Já durante a onda recente de aumento dos IDEs, o setor industrial perde grande parte do poder de atração que exercia sobre



A perda de importância da indústria é acompanhada do aumento da importância do setor de serviços, que hoje responde por cerca de 40 % dos IDEs totais na Argentina e cerca de 70% , no Brasil

os investimentos. Isso se deveu essencialmente à perda da condição de agente dinâmico da estrutura econômica, que vinha ocorrendo desde a década de 70. A perda de importância da indústria é acompanhada do aumento da importância do setor de serviços, que hoje responde por cerca de 40 % dos IDEs totais na Argentina e cerca de 70% , no Brasil. No que se refere à forma de atuação do IDE, passaram a predominar os investimentos associados à compra de empresas já existentes, sendo grande parte destas compras de empresas públicas de prestação de serviços, durante o processo de privatização ocorrido no Brasil e na Argentina.

Este trabalho teve como objetivo investigar em que medida o surgimento de um processo de integração regional na América do Sul (Mercosul) contribuiu para o incremento dos fluxos de investimento direto europeus na região. Com este intuito foi utilizado um modelo gravita-

cional<sup>2</sup> para mensurar a influência exercida pela criação do Mercosul sobre os fluxos de IDE na região. Este tipo de modelo é uma adaptação, para a ciência econômica, da teoria gravitacional da Física baseada na idéia de que os elementos exercem atração e repulsão sobre dois corpos. Os modelos gravitacionais têm sido um instrumento útil para a realização de testes empíricos a respeito dos fluxos de comércio bilaterais, principalmente no que se refere à influência dos acordos comerciais.

Em todos os quatro países, os fluxos de IDE aumentaram mais intensamente entre os anos de 1995 e 1999. Neste período, o montante de IDE no Brasil chegou a US\$ 87 bilhões, sendo 43% proveniente de países da UE. Na Argentina, o montante foi de US\$ 52 bilhões, sendo 62% da UE. O país europeu que mais realizou investimentos diretos nos líderes do Mercosul foi a Espanha, embora também

mereçam destaque Holanda e França. Em ambos os países, os setores que mais receberam fluxos de IDE foram aqueles que estiveram envolvidos em privatizações ou aquisições de empresas privadas por estrangeiros. Os setores de telecomunicações, intermediação financeira e serviços básicos (água, luz e gás) estão entre os maiores receptores de IDE. Na indústria de transformação, onde o investimento direto europeu foi afetado diretamente pela criação do Mercosul (que representou ganhos de escala), o setor que mais claramente se beneficiou foi a indústria automobilística.

Cabe ressaltar que o montante dos fluxos de IDE para Brasil e Argentina foi incomparavelmente maior do que o verificado para Paraguai e Uruguai, embora o aumento dos fluxos para estes dois países tenha sido bastante expressivo, se levarmos em consideração o tamanho de suas economias.

Finalmente, verificamos que o Mercosul influenciou positivamente apenas os IDEs europeus que se dirigiram ao Brasil. No caso da Argentina, não podemos afirmar que houve influência, devido aos resultados não significativos. Isto possivelmente se deve ao tamanho do mercado do Brasil, que exerce uma maior atratividade enquanto possível fornecedor único do Mercosul, em comparação com a Argentina (e tendo em vista a liberalização do comércio intra-regional) e, então, os investidores estrangeiros que pretendem explorar o Mercosul, decidem fazê-lo a partir do maior mercado. ■

\* Faculdade de Economia – Universidade Federal Fluminense.  
Correio: filipe\_uff@yahoo.com.br

Bibliografia: 1. CASTILHO, M. R. *O acesso das exportações do Mercosul ao mercado europeu*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001 (Texto para Discussão no. 851).

1 Os outros dois são China e México, além de Brasil e Argentina.

2 Para uma resenha sobre estes modelos e suas aplicações ver Castilho (2001).

ELEIÇÕES

# João Paulo eleito presidente do Corecon-RJ

No dia 28 de outubro, o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ) realizou eleições para escolha dos novos presidente e vice, conselheiros e delegados. A chapa Movimento de Renovação dos Economistas foi eleita com 1.906 votos. Na gestão de 2006, o professor da UFRJ João Paulo de Almeida Magalhães estará à frente do Corecon-RJ. João Paulo foi também escolhido Personalidade Econômica do ano de 2005, em escolha promovida pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon).

O mandato de João Paulo de Almeida Magalhães e do vice-presidente, Paulo Passarinho, terá duração de um ano. Já para os novos conselheiros e delegados o mandato será de três anos. No último dia 7 foi realizada a eleição para o Sindecon-RJ

**A NOVA DIREÇÃO DO CORECON-RJ**

**Presidente:** João Paulo de Almeida Magalhães

**Vice-presidente:** Paulo Passarinho

**Conselheiros efetivos (2º terço):**

Antônio Melki Júnior, Gilberto Caputo Santos e Paulo Passarinho.

**Conselheiros suplentes (2º terço):**

Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães e José Fausto Ferreira.

**Conselheira suplente (3º terço):**

Angela Maria de Lemos Gelli

**Delegado-eleitor efetivo:**

João Manoel Gonçalves Barbosa

**Delegado-eleitor suplente:**

José Antônio Lutterbach Soares

**A NOVA DIREÇÃO DO SINDECON-RJ**

**Coordenação de Assuntos Institucionais:**

Abrahão Oigman, André Luiz Silva de Souza, Antônio Melki Júnior, José Antônio Lutterbach Soares, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel, Sandra Maria Carvalho de Souza, Sidney Pascoutto da Rocha

**Coordenação de Relações Sindicais:**

Ademir Figueiredo, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Fausto Ferreira, Maria da Glória V. Tavares de Lacerda, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Rogério da Silva Rocha

**Coordenação de Divulgação e Finanças:**

Gilberto Alcântara da Cruz, José Jannotti Viegas, Wellington Leonardo da Silva

**Conselho Fiscal:**

Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira



João Paulo de Almeida Magalhães, professor da UFRJ e novo presidente do Corecon-RJ

## Inscrições até o dia 9 para Prêmio de Jornalismo Econômico

No dia 30 de novembro termina o prazo de postagem das matérias que vão participar do II Prêmio Corecon-RJ de Jornalismo Econômico 2005. Contudo, as inscrições continuam sendo feitas, até o dia 9 de dezembro, na sede do Conselho. O objetivo é apresentar trabalhos que abordem a realidade econômica atual, de forma crítica e questionadora.

Para participar, basta que o profissional apresente registro no Ministério do Trabalho. A matéria deverá ter sido publicada entre os dias **1º de setembro de 2004 e 30 de setembro de 2005** e serão consideradas apenas aquelas escritas em português e publicadas em jornais, revistas, periódicos e

informativos, com sede no Rio de Janeiro.

O primeiro colocado receberá diploma e um prêmio de R\$ 3 (três mil reais). O segundo terá prêmio de R\$ 1 mil (um mil reais) e diploma de participação. Cada profissional poderá inscrever até três matérias. No ato da inscrição é necessário apresentar recortes ou reprodução das mesmas, com nome do veículo, autor e data da publicação.

Em caso de matéria sem assinatura ou sob pseudônimo, a autoria terá que ser atestada em declaração, por escrito, pela Direção ou Chefias. O Corecon-RJ fica na avenida Rio Branco, 109/19º, Centro. Outras informações: (21) 2103-0111.

# É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



\* Crédito sujeito a aprovação.

## Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia\* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

[www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)  
**banrisul**  
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 Governo do  
Rio Grande do Sul  
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

# Dependência crescente de receitas não próprias

Com o intuito de colaborar na análise da proposta orçamentária para 2006, estudamos o comportamento das receitas no período de 2003 a 2006, separando as receitas em “próprias” e “não próprias”. Consideramos receitas próprias aquelas cuja arrecadação seja feita exclusivamente pelo poder público municipal; já as não-próprias constituem-se, sobretudo, de transferências intergovernamentais e convênios. Desta forma, demonstraremos o grau de dependência dos recursos repassados por outros entes federativos. Cabe ressaltar que no ano corrente (2005) a arrecadação corresponde aos nove primeiros meses e, para 2006, os valores são da proposta enviada à Câmara Municipal. Destacamos também o estimado e o efetivamente arrecadado, para tanto, utilizamos o índice da Associação Brasileira do Orçamento Público (ABOP).

RECEITAS (valores em milhares)	2003		2004		2005**		2006*	
	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	PROJEÇÃO	PREVISÃO
<b>Receitas Próprias da Prefeitura (A)</b>	<b>4.402.147</b>	<b>4.316.760</b>	<b>4.900.345</b>	<b>4.363.231</b>	<b>5.381.313</b>	<b>3.665.680</b>	<b>4.887.573</b>	<b>5.350.489</b>
<b>Receitas Não Próprias (B)</b>	<b>4.001.692</b>	<b>2.675.157</b>	<b>4.614.189</b>	<b>3.459.281</b>	<b>3.614.715</b>	<b>2.323.148</b>	<b>3.097.531</b>	<b>4.125.415</b>
Transferências Intergovernamentais	2.915.730	2.630.272	3.324.662	3.118.593	3.527.945	2.259.080	3.012.107	3.361.736
Transferências de Instituições Privadas	1.081	0	2.350	1.000	1.994	3.454	4.605	20.196
Transferências de Convênios	47.700	5.315	34.375	22.359	42.031	35.382	47.176	101.571
Receitas Correntes Diversas	1.037.181	39.570	1.252.802	317.329	42.745	25.232	33.643	641.912
<b>Total Receitas (A+B)</b>	<b>8.403.839</b>	<b>6.991.917</b>	<b>9.514.534</b>	<b>7.822.512</b>	<b>8.996.028</b>	<b>5.988.828</b>	<b>7.985.104</b>	<b>9.475.904</b>
<b>% das Receitas não Próprias nas Receitas Totais</b>	<b>47,62%</b>	<b>38,26%</b>	<b>48,50%</b>	<b>44,22%</b>	<b>40,18%</b>	<b>38,79%</b>	<b>38,79%</b>	<b>43,54%</b>

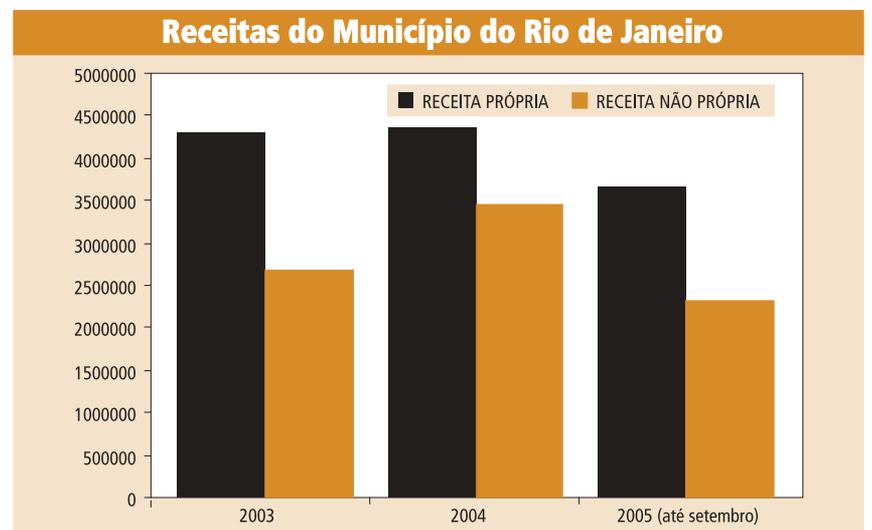
\* Proposta Orçamentária 2006. \*\*Valores correspondentes de janeiro a setembro

A realização das receitas próprias da prefeitura não divergiu das receitas esperadas no ano de 2003 (98%). Em 2004, quando as expectativas de arrecadação aumentaram em 11,32%, seu desempenho, entretanto, ficou em 89%, semelhante ao realizado em 2003 (em valor) e projetado para 2005 (91%), que previa um aumento de 23,33% em relação ao ano anterior. Assim sendo, a realização do previsto para 2006 dependerá de um crescimento de 9,47% do realizado (projetado) em 2005.

Já a realização das receitas não próprias nos anos de 2003 e 2004 se diverge na magnitude de 33% e 25%, respectivamente, abaixo, dos resultados previstos, causados pelo desempenho das receitas correntes diversas. Cabe registrar que tal item foi artificialmente inflado por uma suposta receita oriunda de dívidas da União com o município, nos exercícios de 2002, 2003 e 2004. Para 2006 há uma elevação significativa para essas receitas (1800%), ocasionando a subida da participação das receitas não próprias no total das receitas.

Considerando o crescimento das receitas totais 2003/2004 à 11,88%, 2004/2005 (projetada) à 2,08% e 2005/2006 à 18,67%, podemos especular que a concretização do orçamento proposto para 2006 dependerá mais das receitas não arrecadadas pelo próprio município, confirmando, assim, uma tendência – nefasta para a Federação brasileira, em nosso entendimento – de diminuição da participação dos municípios na divisão do bolo tributário.

Uma outra forma de analisarmos o desempenho das receitas é o índice da ABOP – esse índice mede percentualmente a diferença entre receitas previstas e realizadas, sendo assim, quanto menor a discrepância melhor é a arrecadação, pois mostrará a maior realização das receitas



previstas – os anos de 2003 e 2004 apresentaram respectivamente 16,80% e 17,78%, classificados como altamente deficientes (índices acima de 15% são considerados altamente deficientes, já índices de até 2,5% são considerados ótimos) e projetamos para 2005 o índice de 11,24%

Índice ABOP	2003	2004	2005*
Receita Total	16,80%	17,78%	11,24%

\* projetado com base no realizado até setembro

Resta saber se em 2006 as receitas municipais retornarão ao patamar de altamente deficiente pelo novo crescimento da estimativa das receitas diversas. ■

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Coordenação Executiva: Conselheira Ruth Espinola Soriano de Mello, Supervisão Técnica: economista Luiz Mario Behnken. Estagiários: Thiago Marques, Julliana Medeiros e Pedro Gonçalves - Colaboração especial: Ana Malburg e Júlia Martins.

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br

# A globalização desnudada

**A** *finança mundializada* é uma coletânea de estudos organizada pelo professor François Chesnais, da Universidade Paris XIII e membro do conselho científico da Association pour la Taxation des Transactions pour l'Aide aux Citoyens (Attac). O livro, da editora Boitempo, lançado recentemente no mercado brasileiro, dá continuidade a atualiza a obra anterior do autor, *A mundialização financeira – gênese, custos e riscos*, também lançado no Brasil.

Neste *A finança mundializada* Chesnais e mais 11 autores de diversas áreas da economia estudam as conseqüências impostas pelos poderes do mercado financeiro. Eles dissecam as relações entre esse mercado financeiro e a hegemonia dos Estados Unidos, tanto no campo militar, quanto na política, no mercado de câmbio etc., bem como os riscos da combinação entre a dependência externa da superpotência com uma doutrina de segurança agressiva de guerras “preventivas”.

Na disputa político-econômica mundial, os autores questionam se a Europa representa de fato uma “alternativa” ou se opera apenas um ponto de apoio para o capital financeiro nos investimentos na região, na América Latina e na Europa Oriental. Uma disputa não de modelo, mas apenas de concorrência entre as praças financeiras de Frankfurt, Paris e Londres.

O livro mostra como o capital financeiro é insaciável em sua busca de super lucros e vantagens na concorrência com outros setores, e a relação estreita que ele mantém com o capital industrial. Mamadou Camara e Pierre Salama propõem uma análise diferenciada da inserção dos países em desenvolvimento na



globalização, assim como dos efeitos contraditórios ou “paradoxais” dessa inserção.

Catherine Sauviat e Dominique Plihon estudam os efeitos nocivos dos fundos de pensão, que passam para o mercado financeiro os recursos e a responsabilidade das aposentadorias dos trabalhadores, modelo defendido pelas reformas da Previdência no Brasil e nos Estados Unidos.

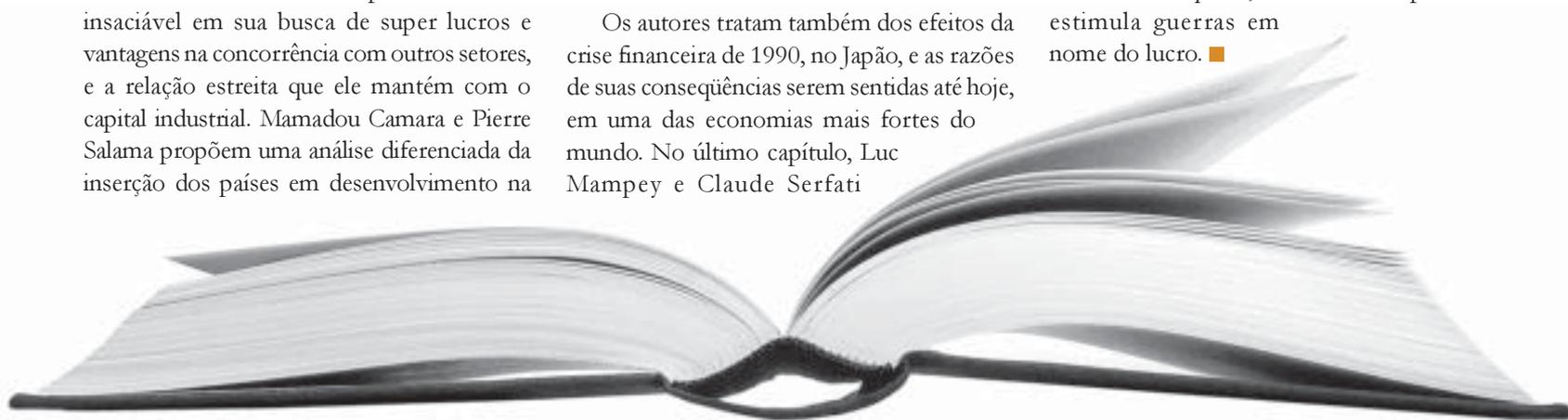
Os autores tratam também dos efeitos da crise financeira de 1990, no Japão, e as razões de suas conseqüências serem sentidas até hoje, em uma das economias mais fortes do mundo. No último capítulo, Luc Mampey e Claude Serfati

abordam as perspectivas sombrias do entrelaçamento entre mercado financeiro e o complexo militar-industrial nos EUA.

O livro mostra ainda a evolução das relações entre as tecnologias militares e civis – em particular, nas tecnologias de informação e de comunicação – e o comprometimento entre as instituições políticas (sobretudo as que compõem o Executivo) e os grupos financeiros do complexo industrial-militar, mais acentuadas após a eleição da Bush e o 11 de Setembro de 2001.

Os autores se perguntam se os mercados financeiros não estariam em vias de colocar a inevitabilidade de novas guerras e de novas operações militares em seu horizonte de cálculos. E lançam reflexões a respeito de os rendimentos do mercado financeiro não estarem fundados sobre a frágil base da especulação, mas, sim, sobre o cálculo de que somente a supremacia militar pode permitir aos EUA se protegerem dos contragolpes sociais e políticos que um modo de produção e de consumo “insustentável” gera para o planeta como um todo.

O livro, que traz o prefácio do professor Luiz Gonzaga Belluzzo, busca expor a face real da globalização neoliberal: uma intrincada rede de interesses construída pelos mercados financeiros internacionais, sob a necessidade voraz de reprodução do capital que gera ilusões de riqueza, desestrutura países e estimula guerras em nome do lucro. ■



PROGRAMAÇÃO DE CURSOS DO CORECON-RJ

**APERFEIÇOAMENTO EM ECONOMIA: PREPARATÓRIO PARA O EXAME NACIONAL DA ANPEC - 2006**

**Matrículas abertas** – Início das aulas: **dia 9 de janeiro de 2006** – Informações e inscrições: 2103-0119 e [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br)